



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL GESSIVALDO ISAIAS

PROJETO DE LEI Nº. 161/2019

LIDO NO EXEDIENTE

Em, 13/08/2019

2º Secretário

Obriga a afixação de cartazes nas farmácias do Estado do Piauí, informando os hospitais, postos de saúde e atendimentos de emergência mais próximos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ DECRETA :

Artigo 1º - Obriga as farmácias do Estado do Piauí a afixarem, em local visível ao público, cartazes informando os hospitais, postos de saúde e atendimentos de emergência mais próximos.

Parágrafo único – Caso o estabelecimento considere mais conveniente, poderá substituir o cartaz por letreiro eletrônico.

Artigo 2º - Os estabelecimentos a que se refere o artigo 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adaptarem ao cumprimento desta lei.

Artigo 3º - Em caso de descumprimento da presente norma, o infrator se sujeitará a aplicação de pena de multa, no valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência do Estado do Piauí - UFR-PI, ou índice equivalente que venha a substituí-lo.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Legislativas do Piauí, 06 de Agosto de 2019.



Gessivaldo Isaías

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa a afixação de cartazes nas farmácias do Estado do Piauí, que informem os hospitais, postos de saúde e atendimentos de emergência mais próximos.

No art. 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, ressalta-se a informação como direito básico. O dever de informar é uma proteção ao consumidor diante da realidade atual, em que é comum um déficit informacional nas relações de consumo.

Destaca-se que a automedicação tornou-se uma prática comum no âmbito estadual e nacional. Quando surge um problema menor de saúde, antes mesmo dos centros de saúde, as pessoas dirigem-se, em primeiro lugar, a uma farmácia ou drogaria. Entretanto, em alguns casos, o que se busca em uma farmácia não é suficiente para tratar determinado problema de saúde.

Nas situações urgentes e emergenciais, torna-se indispensável orientar e aconselhar o cliente/consumidor a procurar um atendimento médico, uma vez que a difícil e demorada localização de um hospital pode acarretar graves riscos para o paciente.

Nesse sentido, a afixação de cartazes nas farmácias ou drogarias, contendo informações sobre os hospitais, emergências e postos de saúde mais próximos pode facilitar o acesso rápido do consumidor a um atendimento médico.

No que se refere à constitucionalidade do presente Projeto de Lei, verifica-se que o objeto deste está de acordo com o art. 24, incisos V e XII, da Constituição Federal de 1988, competindo à União, aos Estados e ao Distrito

Federal legislar concorrentemente sobre: (V) produção e consumo; (XII) previdência social, proteção e defesa da saúde.

Projetos semelhantes vem sendo acolhido por alguns Estados, por exemplo, no Paraná, foi sancionada a Lei n°. 17.390/2012, oriunda de Projeto de Lei proposto na Assembleia Legislativa. Além disso, Projetos de Leis com ideias similares estão sendo desenvolvidos em alguns Estados, como na Assembleia Legislativa do Ceará, de número 15/2019

A ideia apresentada neste projeto é de execução simples, e certamente não onerará as farmácias e drogarias. Acima de tudo, é uma prestação de serviço.

Desta forma, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

L

Sala das Sessões Legislativas do Piauí, 06 de Agosto de 2019.



Gessivaldo Isaías
Deputado Estadual